Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Borges, Marta Leiria
Câmara, Patrícia Lomelino

Debi tirar más fotos : direito à vulnerabilidade psicossomática

http://hdl.handle.net/11067/8332
https://doi.org/10.34628/QSME-PJ21

Metadados

Data de Publicação	2025
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Fotografia - Aspectos psicológicos
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 65 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-01T06:09:00Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

DEBI TIRAR MÁS FOTOS:
DIREITO À VULNERABILIDADE PSICOSSOMÁTICA

DEBI TIRAR MÁS FOTOS:
THE RIGHT TO PSYCHOSOMATIC VULNERABILITY

Marta Leiria Borges
Assistente Social, Membro da Sociedade Portuguesa de Psicossomática, Doutoranda em Serviço Social no ISCTE-IUL
ORCID: 0000-0002-4451-5781

Patrícia Lomelino Câmara
Psicóloga e Psicanalista, Presidente da Sociedade Portuguesa de Psicossomática
ORCID: 0009-0007-0856-7094

DOI: https://doi.org/10.34628/QSME-PJ21
Data de submissão / Submission date: 02.06.2025
Data de aprovação / Acceptance date: 18.09.2025

Resumo: O álbum "Debí Tirar Más Fotos" de Bad Bunny propõe uma reflexão sobre o impacto do colonialismo, da gentrificação das cidades transformadas em parques de diversão pop up, onde se impõem checklists que promovem a desconexão emocional e cultural exacerbada, mesmo no lazer, e onde permanecem rotinas aceleradas pautadas pela cultura de produtividade do neoliberalismo. Nesse contexto, a vulnerabilidade emocional destaca-se, revelando a pressão que as pessoas sentem para "aproveitar" a vida, muitas vezes em detrimento de relações significativas. Este arrependimento pode contribuir para o aumento da ansiedade e da depressão, enfatizando a importância de valorizar o presente e fortalecer conexões humanas para melhorar a saúde mental coletiva. A proposta de partir do álbum de Bad Bunny, para uma análise crítica através da lente da psicossomática, cumpre a intenção de explorar como a modernidade, refém de algoritmos que condicionam o olhar sobre o mundo, mas sobretudo o olhar sobre o próprio e como emoções repressivas podem ter impacto no corpo físico. Desafios contemporâneos marcados pela gentrificação, onde comunidades são deslocadas e a sua identidade é erodida. Nesse sentido, a narrativa impressa, nas letras e nos vídeos, deste álbum de Bad Bunny, convoca-nos a compreender e a expressar a dor emocional e a necessidade de revisitar a história em busca do que foi perdido, refletindo a experiência de comunidades marginalizadas que enfrentam a gentrificação e a continuidade de um legado colonial.

Em suma, esta reflexão crítica propõe-se olhar questões sociais universais, ecos de sociedades polarizadas que, frequentemente, falham em cultivar conexões genuínas que deriva numa complexidade emocional e social vivida pelas sociedades contemporâneas que, não nos permitindo vulnerabilizar, nos adoece, física, mental e socialmente.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Psicossomática; Gentrificação; Cultura; Colonialismo.

Abstract: Bad Bunny's album 'Debí Tirar Más Fotos' (Debi Take Bad Photos) invites reflection on the impact of colonialism and the gentrification of cities transformed into pop-up amusement parks, where imposed checklists promote heightened emotional and cultural disconnection, even in leisure, and where fast-paced routines guided by the neoliberal culture of productivity remain. In this context, emotional vulnerability stands out, revealing the pressure people feel to 'enjoy' life, often at the expense of meaningful relationships. This regret can contribute to increased anxiety and depression, emphasising the importance of valuing the present and strengthening human connections to improve collective mental health. The proposal to use Bad Bunny's album as a starting point for a critical analysis through the lens of psychosomatics, fulfils the intention of exploring how modernity, held hostage by algorithms that condition our view of the world, but above all our view of ourselves, and how repressive emotions can have an impact on the physical body. Contemporary challenges marked by gentrification, where communities are displaced and their identity is eroded. In this sense, the narrative printed in the lyrics and videos of Bad Bunny's album invites us to understand and express emotional pain and the need to revisit history in search of what has been lost, reflecting the experience of marginalised communities facing gentrification and the continuation of a colonial legacy.

In short, this critical reflection aims to look at universal social issues, echoes of polarised societies that often fail to cultivate genuine connections, resulting in an emotional and social complexity experienced by contemporary societies that does not allow us to be vulnerable, making us physically, mentally and socially ill.

Keywords: Vulnerability; Psychosomatics; Gentrification; Culture; Colonialism.

O álbum "DebíTirar Más Fotos", de Bad Bunny (Bad Bunny, 2025), serviu de ponto de partida para uma reflexão crítica sobre as realidades frequentemente invisibilizadas, lutas contra o colonialismo e a atual turistificação das cidades. Este artigo propõe-se analisar a intersecção entre vulnerabilidade, resistência social e a crítica à exploração dos espaços urbanos que, deixaram de servir as suas comunidades, tendo sido descaracterizados e reconfigurados para o consumo superficial de uma indústria pop up, que usa a cidade e a descarta, ignorando muitas vezes, a matriz da diversidade cultural e social local.

Neste sentido, a cultura torna-se um ato de resistência, mas também um elemento fundamental para a saúde mental coletiva. Práticas culturais, seja através da música, da celebração de tradições, da arte urbana ou do resgate da tradição oral, funcionam como ferramentas de enraizamento identitário e de afirmação comunitária face às forças que procuram homogeneizar e mercantilizar a experiência urbana e a sua dimensão interna e simbólica (Zukin, 2010). Ao preservar e reinventar costumes, línguas e expressões artísticas, as comunidades criam espaços de pertença e reconhecimento mútuo, contrariando o esvaziamento simbólico promovido pela turistificação e gentrificação dos espaços (Schmidt, 2020; Zukin, 2010). O impacto sente-se nos espaços urbanos clonando identidades vazias de profundidade, ao mesmo tempo que os territórios de baixa densidade, há muito vetados ao esquecimento. Esta reconfiguração territorial é a aposta de uma classe média alta que recorrendo ao trabalho remoto, procuram qualidade de vida o que tem como externalidade negativa o aumento da propriedade nestes territórios (Sciuva, 2025).

A cultura não é apenas um refúgio, mas também um mecanismo de proteção psíquica, que alimenta a autoestima coletiva, fortalece as redes de apoio e promove o sentido de continuidade históri-

ca. Ao valorizar e transmitir histórias e tradições locais, reforça-se a coesão social e combate-se o sentimento de alienação e perda identitária que frequentemente acompanha processos de gentrificação e marginalização. Assim, a cultura não só resiste ao apagamento, como também cura, oferecendo recursos subjetivos que permitem às pessoas enfrentarem desafios emocionais impostos por uma cidade frenética em constante transformação.

É necessário reconhecer a cultura como o ato de resistência que é e, simultaneamente, o seu papel vital na promoção da saúde mental urbana. Valorizar as expressões culturais locais não é apenas um gesto político, mas também terapêutico, na medida em que contribui para a construção de cidades mais saudáveis, plurais e justas, onde a memória coletiva intencionalizada é base para a criação de futuros mais inclusivos.

A turistificação, fenómeno em expansão nas cidades de todo o mundo, não altera apenas a morfologia urbana, mas tem impactos profundos na vida das pessoas que habitam esses territórios, cidades e periferias (Almada, 2025; Cocola-Gant, Gago, & Jover, 2020; Cocola-Gant & Gago, 2019). Lugares que, no passado, estavam emocionalmente conectados a redes informais que sustentavam a cidade e que agora se transformaram em espaços vazios de histórias e contexto. Esse processo suga o valor da experiência local, transformando a vulnerabilidade das comunidades em algo ainda mais visível e urgente.

Fanon e Mbembe oferecem importantes referências para a compreensão destes desafios. Fanon (1961), ao analisar as consequências do colonialismo, destaca a luta pelo reconhecimento e afirmação da identidade cultural. Para ele, resistir não é apenas enfrentar a opressão, mas reivindicar o direito à existência plena e à preservação das próprias raízes. Assim, a turistificação pode ser considerada uma extensão do colonialismo, silenciando as vozes e experiências dos habitantes locais em favor de uma narrativa voltada para o olhar do visitante-consumidor.

Por sua vez, Mbembe (2003), introduz o conceito de "necropolítica" para descrever as formas de controlo sobre a vida e a morte que estruturam as sociedades contemporâneas. Num cenário em

que o turismo frequentemente impulsiona a gentrificação e marginaliza as comunidades, a vulnerabilidade transforma-se num território de resistência. As cidades, que deveriam ser espaços de convivência e expressão cultural plural, acabam por se converter em cenários turísticos que negligenciam as necessidades e os direitos dos seus habitantes.

Nesse contexto, reconhecer a vulnerabilidade das comunidades urbanas face à turistificação não é apenas necessário, mas essencial para as compreender como fonte de resistência. "A estética do álbum Debí tirar más fotos" (Bad Bunny, 2025) não pode ser ignorada pelo seu sentido simbólico: documentar, dar visibilidade e eternizar as histórias, lutas e identidades que existem para além da visão superficial do turista. Um gesto de resistência fundamental para preservar as culturas locais e construir narrativas mais inclusivas, capazes de desafiar as estruturas de poder estabelecidas.

Em suma, a luta contra o colonialismo e a turistificação das cidades é, sobretudo, uma luta pela dignidade e pelo reconhecimento das experiências vulneráveis. O direito à vulnerabilidade deve ser entendido como uma oportunidade para repensar o espaço urbano, valorizando as suas comunidades, histórias e lutas. O convite que se faz é para deixarmos de ser meros espectadores e nos tornarmos agentes ativos na construção de cidades mais justas e inclusivas, onde cada voz e cada história encontrem o seu espaço legítimo (Thurber et al., 2019).

O paralelo entre colonialismo e gentrificação destapa diversas similaridades, especialmente no que se refere à deslocação de comunidades, à imposição de novas dinâmicas sociais e culturais e ao agravamento das desigualdades económicas. O colonialismo, na sua génese, força os povos nativos a abandonarem as suas terras devido à ocupação por forças externas que procuram explorar recursos naturais e estabelecer hegemonias culturais. Historicamente, os colonizadores não só ocuparam a terra, como também impuseram o seu idioma e as suas tradições, conduzindo a perdas significativas, senão definitivas, nas culturas nativas. Da mesma forma, a gentrificação ocorre quando comunidades vulneráveis são progressivamente substituídas por novos inquilinos com recursos financei-

ros, resultando frequentemente num aumento incomportável dos custos de vida que força os residentes a abandonar as suas casas (Cocola-Gant & Gago, 2019).

As mudanças culturais são uma dinâmica comum a ambos os fenómenos. No colonialismo, a narrativa dominante silenciou frequentemente as vozes dos nativos, condicionando ou até apagando a sua história, de modo a prevalecer a perspetiva dos colonizadores, com o objetivo último de concretizar uma homogeneização cultural que apaga a história e as experiências dos povos originários (Fanon, 1961). A gentrificação transforma bairros anteriormente marginalizados em zonas glamorosas para novos residentes, mas frequentemente à custa da diversidade cultural e da originalidade das comunidades existentes. A literatura aponta para o facto de, no processo de gentrificação, a narrativa de um bairro se alterar, passando a ser visto como "desenvolvido" ou "revitalizado", com o discurso a focar-se frequentemente na recuperação de edifícios degradados como solução estética, porém reconfigurada de acordo com quem a pode pagar, ignorando as experiências dos antigos moradores que enfrentam problemas de marginalização e exclusão social (Thurber et al., 2019; Kern, 2016).

No que diz respeito à desigualdade económica, tanto o colonialismo como a gentrificação intensificam as disparidades sociais. O colonialismo proporciona vantagens a grupos dominantes à custa de vastas comunidades que ficam em situação de desvantagem. A gentrificação reforça essas desigualdades ao transformar bairros acessíveis em locais incomportáveis, resultando na marginalização de populações que dependem desses espaços urbanizados como local de vida e trabalho (Almada, 2025). As comunidades afetadas por estes processos enfrentam não apenas um aumento no custo de vida, mas também uma sensação permanente de perda de identidade, real e simbólica, devido à transformação dos seus bairros (Thurber et al., 2019; Kern, 2016).

A resistência das comunidades face a processos de gentrificação descontrolados ecoa nas lutas das populações colonizadas, que denunciam a perda dos seus direitos territoriais e culturais. Em ambos os casos, a luta pela preservação da identidade e dos

direitos territoriais torna-se um elemento central. Os processos de colonialismo e gentrificação refletem dinâmicas estruturais de exclusão, deslocamento e reconfiguração social, cujos impactos se fazem sentir não apenas a nível material, mas também nas dimensões simbólicas, afetivas e relacionais das populações envolvidas **(**Hayes, 2018)**.** Tais processos implicam frequentemente o desenraizamento das comunidades, conduzindo à fragmentação dos laços sociais e à degradação da saúde mental coletiva, fatores que afetam a capacidade de resposta individual e a coesão comunitária. Esta realidade pode ser compreendida à luz da conceção de "afiliação" proposta por Nussbaum (2011) no âmbito da sua teoria das capacidades humanas. Nussbaum identifica a afiliação como uma das dez capacidades fundamentais à dignidade humana: (1) a capacidade de viver com os outros, reconhecendo-os como seres humanos com igual dignidade, e (2) a capacidade de participar em formas de vida social, desenvolvendo laços de pertença e solidariedade. A autora defende que a ausência de tais condições constitui uma violação dos direitos humanos e compromete o desenvolvimento pessoal: "A vida humana sem afiliação é desfigurada e profundamente limitada" (Nussbaum, 2011, p. 39). A gentrificação e o colonialismo, ao imporem deslocamentos forçados, atacam diretamente essa dimensão da afiliação, enfraquecendo o tecido relacional e intensificando a invisibilidade social e a desigualdade estrutural. Como refere Nussbaum (2011), a falta de reconhecimento e de pertença pode gerar sentimentos de vergonha, humilhação e indignidade, afetando significativamente a saúde emocional e a autonomia dos indivíduos. Neste contexto, a categoria de afiliação revela-se uma ferramenta analítica essencial para compreender os efeitos psíquicos e sociais das políticas de exclusão territorial e dominação cultural. Reivindicar o direito à afiliação não é apenas garantir a presença física nos espaços urbanos, mas também afirmar a centralidade dos laços humanos no desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas. Trata-se, em última instância, de uma exigência ética e política de justiça distributiva e reconhecimento mútuo, que exige uma intervenção ecobiopsicossocial (Milliron, Deutsch, & Zegans, 2025).

Esta visão encontra respaldo no modelo biopsicossocial de Engel (1977), que propõe uma alteração epistemológica importante na compreensão da saúde e do adoecer ao considerar que todas as formas de adoecer são psicossomáticas porque resultam da interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. Esta perspectiva tem, na actualidade, vindo a ser ampliada para uma compreensão ecobiopsicossocial, que incorpora também a dimensão ecológica — isto é, o impacto das condições ambientais, culturais e relacionais sobre o corpo e a sua subjetividade (Ramos-Cancelas & Pérez-Fuentes, 2021). Nesse modelo ampliado, o ser humano é entendido como um ser encarnado, afetivo e interdependente, permanentemente atravessado por contextos vivos: o corpo, o outro, o mundo. Assim, o corpo, do seu sentido mais estrito ao seu sentido mais lato, torna-se palco de significados sem significante quando o sujeito é privado de meios simbólicos de expressão (Anzieu, 1986). Privação essa que é muitas vezes produzida por condições culturais específicas, como a aceleração do tempo, a fragmentação dos vínculos, a superficialidade das relações, mas acima de tudo pela violência relacional que torna a vulnerabilização um lugar a evitar, não permitindo a mentalização necessária pelo excesso de sobrecarga negativa (Fonagy et al., 2002; Rosa, 2016b).

A saúde psicossomática, não depende apenas de uma autorregulação eficiente, mas da possibilidade de uma co-regulação afetiva encarnada na presença de um outro (Stern, 2004; Winnicott, 1965). A auto-regulação surge da regulação sintónica com o outro desde o início da vida e necessita, para se ir mantendo capaz de gerir o que vai acontecendo, de relações complementares com os outros à sua volta. Se o alimento relacional aconchegante seco, o corpo psicossomático apresenta regulações deletérias com maior facilidade, para si e para o seu entorno — quer se expressem mais do ponto de vista psíquico, quer se expressem mais do ponto de vista físico (Panksepp, 1998).

A autonomia necessária à construção identitária depende, em larga escala, da qualidade relacional na primeira infância, mas esta relação não é imune ao palco onde acontece, nem permite um reconhecimento de alteridade suficientemente impermeável à ausên-

cia de movimentos de alteridade no espaço onde se vai vivendo. Já Freud (1930/1996), em "O narcisismo das pequenas diferenças", falava na dificuldade em viver o estranho, o diferente, por trazer em si mesmo a familiaridade com aquilo que não se suporta. E o que não se suporta são os sítios de desamparo que a vida fez acontecer e faz acontecer no mesmo lugar. Assim, a ausência de alteridade, que pode ter origem em falhas precoces no cuidado, é mantida ou reforçada se a cultura e a atmosfera social estiverem carregadas de vínculos descartáveis ou precários, comprometendo a capacidade do corpo de sustentar o self de forma integrada. Um self pouco integrado, macerado ou visceral, tende a ir desintegrando o espaço social (Coimbra de Matos, 2017).

A inscrição psicossomática sanígena (Coimbra de Matos, 2017) representa a forma como as experiências emocionais e psicológicas se refletem no corpo. Essa inscrição, porém, não ocorre automaticamente: ela depende da capacidade de dar tempo ao tempo, isto é, da existência de um espaço psíquico e temporal que permita à mente simbolizar, metabolizar e integrar a experiência (Fonagy et al., 2002). Esse tempo interno torna possível a elaboração que impede a expressão do sofrimento em sintoma predominantemente físico (Kalsched, 2013; Lazarus, 1991).

O tecido epitelial e o tecido social podem, assim, ser compreendidos como expressões ecobiopsicossociais complementares, sendo o tecido epitelial uma das interfaces fundamentais onde o interno e o externo se encontram. Esse diálogo entre o corpo (tecido epitelial) e o meio social (tecido social) sustenta a possibilidade da co-regulação e da inscrição psicossomática salutar. Quando esse diálogo é interrompido, ou é pautado por invisibilidades e violências socialmente consentidas, a integração ecobiopsicossocial fragiliza-se, abrindo caminho para adoeceres múltiplos (van der Kolk, 2014).

De forma ilustrativa, a canção Turista, que integra o álbum *Debí tirar más fotos* (Bad Bunny, 2025) recorre à metáfora dos turistas para criticar as conexões relacionais marcadas pela transitoriedade e pela falta de compromisso afetivo. O artista expressa a frustração de viver relações que só existem nos momentos bons, mas desaparecem diante do sofrimento — o que ecoa a ideia de que o sujeito

contemporâneo está exposto a uma dinâmica emocional onde há estímulo contínuo, mas sem continuidade narrativa. Assim como os turistas visitam paisagens sem compreender a sua história, há quem transite pelas vidas alheias sem se envolver com as suas feridas.

A impossibilidade da síntese melancólica original, entendida como a falência na elaboração de perdas psíquicas fundadoras e essenciais, agrava-se nesse contexto. A presentificação incessante de estímulos, típica da sociedade hipermoderna, impede a construção de uma narrativa subjetiva coesa. O sujeito vê-se aprisionado em fragmentos atemporais (Câmara, 2023) que não se ligam entre si nem à história do self. Esses pontos desconectados tornam-se zonas de vulnerabilidade psicossomática máxima, tal como sugere Engel (1977): onde falha a integração entre as dimensões biológica, psicológica e social, emerge o sintoma como grito do que não pode ser contado, do impensável, nas palavras de Barata (2019).

"Adoecemos para não morrer", afirmava Barata (2019). O sintoma, nesse sentido, surge como um ato de sobrevivência subjetiva — um último recurso do corpo para preservar o que a psique não conseguiu sustentar.

A doença aparece como tentativa de manter alguma coesão frente à ameaça de colapso psíquico, quando todas as outras formas de simbolização falham.

Trata-se, como diria Barata, de uma espécie de "economia de vida" ou de sobrevida.

Contudo, é essencial sublinhar que a regulação psicofisiológica não é totalitária: ela não visa a eliminação do sintoma a qualquer custo. Em vez disso, trata-se de uma regulação plástica, dinâmica e afetivamente orientada. Nem todos os sintomas são nefastos. Alguns são sinais de ajuste, tentativas criativas do organismo de reorganizar a experiência interna quando faltam palavras, vínculos ou contenção externa (Anzieu, 1986; van der Kolk, 2014). São sintomas, são *fenótipos* de processos vivos de reorganização.

Por outro lado, os sintomas malignos, nos quais o corpo expressa a inscrição crua de uma violência relacional que não pode ser mentalizada, são a marca do outro em nós, sem tradução simbó-

lica possível. São manifestações de uma falência da alteridade, isto é, da impossibilidade de ser visto, escutado, acolhido, existente. O sofrimento, sem alteridade, converte-se numa espécie de autocontenção corporal extrema, e o corpo torna-se lugar último de inscrição, mesmo que sob a forma de dor. Não se converte em acting-in (Sperling, 2007), mas sim em acting-out, numa luta de expulsão do desconhecido, numa radicalização relacional polarizada com movimentos de domínio e submissão.

Nesse sentido, quanto mais adoecida a regulação psicofisiológica, menor é a presença do outro como co-regulador psíquico. As formas de regulação tornam-se autorreferenciadas, defensivas, hiperindividualizadas, em última instância paranóides — como se o corpo dissesse: "se não posso confiar no outro para me conter, então terei de me conter a mim mesmo". Essa ausência de alteridade emocional pode ser tanto causa quanto consequência do adoecimento, num ciclo difícil de romper.

A aceleração social descrita por Rosa (2015, 2016a) contribui para essa falência na integração: vivemos numa temporalidade que reduz o presente à função, eliminando o espaço para a escuta e o vínculo. As relações tornam-se bypasses relacionais, rápidas de criar, mas sem compromisso e sem profundidade. Esta lógica impede a construção da verdadeira alteridade, a de um outro capaz de nos transformar por meio do tempo partilhado e de vivência em e de complexidade (Rozenthal, 2014).

A música Turista, no seu álbum *Debí tirar más fotos* (Bad Bunny, 2025), expõem esse mal-estar de forma crua: o medo da entrega, a decepção com a ausência do outro no sofrimento, o contraste entre a beleza do instante e a dor invisível do abandono. Há um retrato afetivo do sujeito ecobiopsicossocialmente ferido, alguém cujas emoções não encontram lugar legítimo para inscrição, nem no corpo do outro, nem no seu próprio. Esse é o lugar do sintoma atual: um pedido de tempo, de tradução, de escuta - e, sobretudo, de alteridade. Só a cooperação pode fazer acontecer a irrigação das artérias psicossomáticas individuais e coletivas que permitem regulações, auto e hétero, mais salutares. Bad Bunny (Bad Bunny, 2025) interpela-nos, através da imagem das cadeiras brancas Monobloc na capa

do álbum, para a cultura da ocupação do espaço comum e de lazer, ao mesmo tempo que, de forma intencional, evoca a cultura latina da vivência desses espaços de convívio. Por outro lado, simbolicamente, esse espaço comum permite expandir o horizonte contemplativo, abrindo janelas para a inscrição da paisagem, tal como a concebeu Pontalis (2024), reinscrevendo uma narrativa temporal plena do simbolismo necessário à existência — ao ser-se pessoa.

Bibliografia

Almada, F. (2025). Quem construiu esta cidade? Algumas considerações sobre Lisboa. In J. Ferreira (Org.), Lisboa, horizontes de transformação – uma cidade para todos (p. 123). Página a Página.

Anzieu, D. (1986). O Eu-Pele. Lisboa: Edições 70.

Barata, J. A. (2019). Viver o que falta: Pensando a psicossomática. Lisboa: Climepsi Editores.

Bad Bunny. (2025). *Debí Tirar Más Fotos* [Álbum]. Rimas Entertainment.

Coimbra de Matos, M. (2017). Psicopatologia e saúde mental. Lisboa: Climepsi.

Cocola-Gant, A., & Gago, A. (2019). Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement. Environment and Planning A: Economy and Space, 51(1), 1–18. https://doi.org/10.1177/0308518X19862580

Cocola-Gant, A., Gago, A., & Jover, J. (2020). Tourism, gentrification and neighbourhood change: An analytical framework. In J. Oskam (Ed.), The overtourism debate: NIMBY, nuisance, commodification (pp. 121–135). Bingley: Emerald.

Engel, G. L. (1977). The need for a new medical model: A challenge for biomedicine. Science, 196(4286), 129–136.

Fanon, F. (2019). Os condenados da terra (J. Martins, Trad.). Lisboa: Letra Livre. (Obra original publicada em 1961)

Fonagy, P., Gergely, G., Jurist, E. L., & Target, M. (2002). Affect regulation, mentalization, and the development of the self. New York: Other Press.

Freud, S. (1996). *O mal-estar na civilização* (J. Strachey, Trad.). In *Obras*

completas (Vol. 21). Imago. (Obra original publicada em 1930)
Hayes, M. (2018). Gringolandia: Lifestyle migration under late capitalism. Minneapolis: University of Minnesota Press.
Kalsched, D. (2013). Trauma and the soul: A psycho-spiritual approach to human development and its interruption. London: Routledge.
Kern, L. (2016). Rhythms of gentrification: Eventfulness and slow violence in a happening neighbourhood. Cultural Geographies, 23(3), 441–457. https://doi.org/10.1177/1474474015591489
Lazarus, R. S. (1991). Emotion and adaptation. New York: Oxford University Press.
Mbembe, A. (2018). Necropolítica (R. Santini, Trad.). São Paulo: N-1 Edições. (Obra original publicada em 2003)
Milliron, B.-J., Deutsch, J. M., & Zegans, M. (2025). Toward an eco-biopsychosocial framework for understanding food, nutrition, and health: The crucial role of food studies and food systems. Nutrition and Health. https://doi.org/10.1177/02601060251324241
Neufeld, S. D., & Schmitt, M. T. (2019). Preferences for different representations of colonial history in a Canadian urban Indigenous community. Journal of Social and Political Psychology, 7(2), 1065–1088. https://doi.org/10.5964/jspp.v7i2.867
Nussbaum, M. C. (2011). Creating capabilities: The human development approach. Cambridge, MA: Harvard University Press.
Panksepp, J. (1998). Affective neuroscience: The foundations of human and animal emotions. New York: Oxford University Press.
Pontalis, J.-B. (2024). Janelas (M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Obra original publicada em 2000 como *Fenêtres*)
Ramos-Cancelas, A., & Pérez-Fuentes, G. (2021). Modelo ecobiopsicossocial: Bases e implicações. Revista de Psicoterapia Relacional, 18(2), 45–60.
Rosa, H. (2015). Social acceleration: A new theory of modernity (J. Trejo-Mathys, Trans.). New York: Columbia University Press. (Obra original publicada em 2013)
Rosa, H. (2016a). Aceleração e alienação. São Paulo: Editora Unesp.
Rosa, H. (2016b). Resonanz: Eine Soziologie der Weltbeziehung. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Rozenthal, E. (2014). O ser no gerúndio: Corpo e sensibilidade na psicanálise. São Paulo: Companhia de Freud.

Sciuva, E. (2025). Geographies of digital nomadism: A research agenda. Geography Compass, 19(2). https://doi.org/10.1111/gec3.70016

Sperling, M. (2007). Agressividade e pulsão de morte na clínica contemporânea. Porto Alegre: Artmed.

Stern, D. N. (2004). The present moment in psychotherapy and everyday life. New York: Norton.

Thurber, A., Krings, A., Sprague Martinez, L., & Ohmer, M. (2019). Resisting gentrification: The theoretical and practice contributions of social work. Journal of Social Work. https://doi.org/10.1177/1468017319861500

van der Kolk, B. (2014). The body keeps the score: Brain, mind, and body in the healing of trauma. New York: Viking.

Winnicott, D. W. (1965). The maturational processes and the facilitating environment. London: Hogarth Press.

Zukin, S. (2010). Naked city: The death and life of authentic urban places. New York: Oxford University Press.